

**ACTA**

Aos oito dias do mês de Outubro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Rui Vítor Poeiras Lobo da Costa, José Manuel Fernandes Antunes, Carlos Manuel Amaral Vasconcelos, Vítor Manuel da Silva Ferreira e Ana Amélia Mota Guimarães. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador Rui Vítor Costa – A propósito da fase final do corrente mandato autárquico, disse querer deixar registado em acta alguns agradecimentos. Começou por agradecer a presença do público mais assíduo às reuniões de Câmara; bem como a colaboração prestada pelos diversos serviços municipais. Agradeceu, também, aos membros do Executivo a oportunidade que teve de partilhar ideias e deixar contributos para o desenvolvimento de Guimarães. Agradeceu, ainda, ao Vereador Armindo Costa e Silva a oportunidade de trocar ideias importantes em matéria de Ambiente e, finalmente, fez um agradecimento muito especial ao Presidente da Câmara, destacando a sua postura institucional, nunca deixando que as divergências políticas interferissem nas boas relações institucionais. **2 – Vereador Armindo Costa e Silva** – Agradeceu as palavras do Vereador Rui Vítor Costa, relevando a convergência entre ambos em matérias como as relacionadas com a defesa do Ambiente; **3 –**

Vereador José Manuel Antunes – Mostrou-se preocupado com as inundações que se verificaram no passado dia 7 de Outubro, lamentando o que aconteceu nalguns locais, sobretudo na Rua de Santo António, na Rua da Liberdade e na zona de Eiras, em Creixomil. Questionou se a Autarquia teve conhecimento, com antecedência, da previsão das condições climáticas.

4 – Vereador Carlos Vasconcelos – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O PSD de Guimarães e os seus autarcas têm vindo, ao longo dos últimos anos, a chamar a atenção para a existência, no concelho de Guimarães, de um problema de coesão económica, social e urbanística, que se traduz num problema de coesão política e por vezes territorial. A política centralista da actual maioria, acompanhada por uma discriminação do resto do concelho relativamente à cidade em matéria de investimento, é a causa do referido problema, que tem vindo a custar caro aos vimaranenses e de que o exemplo mais paradigmático foi a criação do concelho de Vizela. A maioria socialista tem tentado negar esta evidência por via do discurso político e por via de sistemáticos compromissos não cumpridos, como é o caso da requalificação dos centros cívicos de todas as freguesias, compromisso assumido no plano plurianual de investimentos, no início deste mandato. São, todavia, cada vez mais, aqueles que dão razão ao PSD. Na edição do jornal “Público”, do dia 3 de Outubro de 2009, foi publicada uma entrevista com o geógrafo Álvaro Domingues, técnico que trabalhou em Guimarães, no âmbito da revisão do PDM. Na referida entrevista, aquele técnico, sob o título “Já não posso com as cidades extraordinárias”, afirma o seguinte: *“Em Guimarães, património da humanidade, onde trabalhei, eu digo: “Já não posso com isto”. Guimarães sempre teve mais de dois terços da população e do emprego fora do perímetro urbano. E sempre acharam normal; agora, cavou-se uma trincheira. Só se preocupam com o centro*



histórico, com a cidade extraordinária. Do outro lado da trincheira, está a cidade ordinária, a genérica, que não tem marca e ninguém vê. ... As pessoas agarram-se ao que acham que conhecem, e, à medida que vai aumentando o trauma da perda da cidade extraordinária, aumenta a amnésia do resto. Por isso, acho que os investigadores, e o planeamento, se devem centrar nesta área da cidade, que da outra já há muito quem se ocupe.” Pela nossa parte, assinamos por baixo”. **5 – Vereadora Ana Amélia Guimarães** – a) – Disse que a data escolhida para a inauguração das instalações da entidade regional Turismo do Porto e Norte de Portugal, com a presença do Ministro da Economia e das Finanças, atribuiu à iniciativa um cunho político e partidário, considerando, por isso, que deveria ter havido mais contenção e respeito, quer pelas outras forças partidárias, quer pelos eleitores; b) – Questionou o Presidente da Câmara sobre as medidas que foram tomadas ao longo do mandato para solucionar o problema das inundações em algumas zonas da cidade, defendendo que a Autarquia deveria disponibilizar os serviços para o restauro das habitações, apoiando os moradores das zonas afectadas. **6 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: a) – Relativamente à intempérie que se abateu sobre a cidade de Guimarães disse que não valia a pena fazer demagogia à volta da resposta da natureza aos erros que os espaços sofreram ao longo do tempo. Esclareceu, contudo, que todos os meios tinham sido disponibilizados no sentido de resolver os problemas causados pelas inundações. Por último, referiu a existência de um projecto que apontava para a criação de uma bacia de retenção no Parque da Cidade para evitar as inundações na zona de Couros, intervenção esta que exige um investimento de cerca de 30 milhões de euros; b) – Prestou esclarecimentos sobre a forma como decorreu a inauguração das instalações da entidade regional Turismo do Porto e Norte de Portugal; c) – Disse considerar muito graves as declarações prestadas pelo Prof. Álvaro

Domingues, elemento da equipa da revisão do Plano Director Municipal de Guimarães, tanto mais que tal entendimento nunca foi comunicado aos responsáveis políticos e técnicos da Câmara Municipal; **d)** – Disse querer agradecer ao Vereador Rui Vítor Costa as suas palavras, acrescentando que as divergências eram próprias na vida política e que, naturalmente, não interferiram, nem nunca devem interferir, nas boas relações institucionais.

7 – Vereador Armindo Costa e Silva – Agradeceu as palavras do Vereador Rui Vítor Costa, relevando a convergência entre ambos em matérias como as relacionadas com a defesa do Ambiente. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Deu conhecimento de uma informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente relativa à intempérie e danos causados no passado dia 7 de Outubro. **2** – Deu conhecimento das candidaturas aprovadas no âmbito da Capital Europeia da Cultura. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 25 de Setembro de 2009, que aprovou a repartição de encargos da obra designada por “**Variante de Campelos**”, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano de Actividades para o ano de 2009 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €200.000,00 destinada a suportar a despesa com a rubrica 09.01.11. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “M. Couto Alves, S.A.”, conforme proposto pelo júri do procedimento em 24 de Setembro de 2009, pelo preço de €684.228,94 + IVA, a tento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2009** - €117.205,91 + IVA =



€123.066,20; **Ano de 2010** – €567.023,03 + IVA = €595.374,18; **2** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 28 de Setembro de 2009, que adjudicou a empreitada designada por “**Variante de Campelos**” ao concorrente “M. Couto Alves S.A.”, pelo valor de €684.228,94 (seiscentos e oitenta e quatro mil duzentos e vinte e oito euros e noventa e quatro cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 180 dias; **3** – Do ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, EEM remetendo, para conhecimento, o Plano de Contingência para a Gripe A (H1N1). -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “A alínea c), do nº 4 do art.º 21.º dos Estatutos da Fundação Cidade de Guimarães, dispõe que compete à Câmara Municipal de Guimarães, sob proposta do seu Presidente, designar presidentes de três instituições de relevo cultural do concelho de Guimarães para integrar o respectivo Conselho Geral. Deste modo, proponho: 1. Que a Câmara Municipal de Guimarães designe as seguintes entidades: - Presidente da Sociedade Martins Sarmento; - Director do Museu de Alberto Sampaio; - Director do Paço dos Duques de Bragança. Refira-se que, a instâncias do Município, o Instituto dos Museus e da Conservação manifestou nada ter a opor à designação dos directores supra-identificados, expressando que a sua participação no Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães constitui uma honra para aquele Instituto e para os museus em causa. 2.

Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto 1 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 3. Que, a ser aprovada, a designação das entidades referidas no ponto 1 da presente proposta produza efeitos a partir de 25 de Setembro de 2009”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS PONTOS 2 E 3. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com nove votos a favor e um voto contra. -----

OBRAS PÚBLICAS – REPAVIMENTAÇÃO DA E.M. 583 – 2.ª FASE E EXECUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO – ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Junho de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “As listas de erros e omissões apresentados pelos interessados ao presente procedimento, foram objecto de análise por parte do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, que para este efeito contactou os respectivos projectistas. Nos termos do n.º 5 do art. 61º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, os erros e omissões apresentados não foram expressamente aceites pelo que se consideram rejeitados. Ainda de acordo com o n.º 6 daquele preceito legal, a decisão tomada deve ser publicitada na plataforma electrónica vortalgov e notificados todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 29 de Junho de 2009 até às 17:00 horas e abertas às 10:00 horas do dia útil imediato e que, se houver algum interessado que já tivesse elaborado a proposta, deverá eliminá-la iniciando uma nova tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida”. **DELIBERADO RATIFICAR POR**



UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REPAVIMENTAÇÃO DA E.M. 583 – 2ª FASE E EXECUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de Setembro de 2009, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, da seguinte forma: “No Plano de Actividades para o ano de 2009 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €2.000.000,00 (dois milhões de euros) destinada a suportar a despesa, com a rubrica 09.01.02. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “Alberto Couto Alves, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 30 de Setembro de 2009, pelo preço de €970.049,55 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2009 – €45.068,37 + IVA = €47.321,79; Ano de 2010 – €924.981,18 + IVA = €971.230,24”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REPAVIMENTAÇÃO DA E.M. 583 – 2ª FASE E EXECUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, bem como a correspondente minuta do contrato. O Relatório Final propõe que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente Alberto Couto Alves, S.A.”, pelo valor de 970.049,55€ + IVA para um prazo de execução de 120 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, do art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela

data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O Relatório Final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO – PRAÇA DE S. TIAGO – INFORMAÇÃO PARA INCÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação

dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Extensão do Museu Alberto Sampaio – Praça de S. Tiago, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €2.181.104,88 + IVA, a satisfazer pela dotação 05.04.04. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.181.104,88 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Fernandes Abreu – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa



Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa.
Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução. O Caderno de Encargos e Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE AIRÃO S. JOÃO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PAVIMENTAÇÃO E COLOCAÇÃO DE REDE DE PROTECÇÃO NO RECREIO DA EB1 DE AIRÃO S. JOÃO – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Na sequência das obras de renovação efectuadas na EB1 de Airão S. João, torna-se necessário a pavimentação e colocação de rede de protecção no recreio da escola de modo a criar condições para a prática de desportos. De acordo com a medição de trabalhos efectuada pelo Departamento de Obras Municipais, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães delegue na Junta de Freguesia de Airão S. João a execução daqueles trabalhos pelo valor de 13.823,00 € com um prazo de execução de 30 dias. A referida importância que será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE S. TORCATO –
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -
PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS E ALARGAMENTO
DO CEMITÉRIO – REFORÇO DE VERBA** – Presente a seguinte

proposta do vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães em reunião de 23 de Abril e 23 de Junho de 2009, delegou na Junta de Freguesia de S. Torcato as verbas respectivamente de €35.521,15 e €16.240,00 para a pavimentação de diversas ruas e alargamento do cemitério. Como a Junta de Freguesia só afectou a verba de €16.240,00 para pagamento das obras de alargamento do cemitério e como até este momento os trabalhos efectivamente executados no cemitério atingem o montante de €51.761,17 + IVA à taxa de 5%, conforme medição efectuada pelo Departamento de Obras Municipais, proponho a atribuição à Junta de Freguesia de S. Torcato de um reforço de verba no montante de €35.521,00 (trinta e cinco mil quinhentos e vinte e um euros) + IVA à taxa de 5%, destinada ao alargamento do cemitério”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SELHO S. JORGE
– PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO** – Presente a seguinte

proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião de 23 de Abril de 2009, delegou na Junta de Freguesia de Selho S. Jorge pela importância de €34.209,06, a obra de “Requalificação do Centro Cívico”. Como a verba atribuída se tornou insuficiente, atendendo a que a obra de requalificação do centro cívico compreende a envolvente da Igreja, vedação do Parque Infantil da Praça e a colocação de micro-cubo na zona envolvente da escola, proponho um



reforço da verba no valor de €32.000,00 (trinta e dois mil euros), o qual complementa o valor já atribuído no Protocolo de Delegação de Competências. A referida importância será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTA DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SERZEDO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO PARALELO À AUTO-ESTRADA E RUA DAS AGRAS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Nos termos da autorização concedida pela Assembleia Municipal em sua sessão de 24 de Novembro de 2008, proponho que a Câmara delegue na Junta de Freguesia de Serzedo a execução da obra de “Pavimentação do caminho paralelo à auto-estrada e Rua das Agradas”, pelo valor de 34.962,00 euros, de acordo com a medição efectuada pelo Departamento de Obras Municipais. Estima-se o prazo de 30 dias para execução dos trabalhos. A obra será acompanhada e fiscalizada pelos serviços do Departamento de Obras Municipais e o pagamento será feito mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos. Esclarece-se que o EP Estradas de Portugal, apesar de diversas reuniões de trabalho para sanar esta situação, nunca aceitou a responsabilidade pela deterioração desta estrada”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SERZEDELO – EXECUÇÃO DE UM ARRUAMENTO PARALELO AO CEMITÉRIO E REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de

Freguesia de Serzedelo procedeu a pequenas obras de reparação de pavimentos e movimentação de terras para criação de um arruamento paralelo ao cemitério dois que permite o acesso a esse local de todas as pessoas com dificuldades de mobilidade, bem como, junto ao Centro de Saúde, para definição da área destinada a parque de estacionamento. Como se tratam de obras de extrema importância para o bem-estar da população, proponho a atribuição de uma verba à Junta de Freguesia de Serzedelo, no montante de 14.000,00 (catorze mil euros) para fazer face às despesas com as referidas obras”. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – IMPLANTAÇÃO DO EDIFÍCIO DE CLIMATIZAÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “No âmbito da criação do Balcão Único, torna-se necessário construir um edifício que albergue o equipamento de climatização para todo o edifício Sede do Município. Para instalar este equipamento, o Departamento de Projecto e Planeamento Urbanístico indicou que o terreno pertencente à Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, situado a sul do prédio dos Paços do Concelho, seria o local privilegiado para implantar aquela edificação. Contactados os legais representantes da Fábrica da Igreja, no sentido de autorizar a ocupação do seu terreno, a título de comodato, foi-nos remetida resposta positiva a esse pedido, pelo que deve ser submetida a reunião de Câmara a minuta do contrato que se anexa, para aprovação. À consideração superior”. A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E DE URBANIZAÇÃO E REGULAMENTO

**MUNICIPAL DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES**

URBANÍSTICAS – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da entrada em vigor do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RG TAL), aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, foi adjudicada, ao Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) uma prestação de serviços visando a fundamentação económico-financeira do valor das taxas municipais, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local. Este trabalho envolveu todos os serviços municipais bem como as Cooperativas que cobram taxas pela disponibilização de equipamentos municipais que se encontram a explorar (Tempo Livre, Oficina, Fraterna e Turipenha), tendo em vista compilar informação sobre, entre outros, circuitos de procedimentos, tempos despendidos, pessoal afecto, entre outros aspectos relacionados com o custo do serviço prestado. Este processo encontra-se concluído, tendo-nos sido remetido pelo IPCA o relatório final de todo o estudo entretanto realizado, que se junta em anexo (**Doc. 1**). Considerando: - Que os prazos legais para aprovação pelos órgãos municipais e subsequente publicação das taxas e encargos nas operações urbanísticas para 2010 obrigam a que a respectiva proposta seja aprovada na primeira quinzena do mês de Outubro de 2009; - Que, por aquele motivo, o acto de aprovação vai coincidir com o final do corrente mandato autárquico; - Que os valores das taxas resultantes do estudo acima referido são, na sua maioria, similares aos praticados em 2009, conforme quadros em anexo (**Docs. 2 a 6**); Proponho que a Câmara Municipal aprove nesta data apenas as taxas que respeitam às operações urbanísticas para vigorar em 2010, ficando as demais taxas municipais para aprovação pelos órgãos municipais do próximo Mandato Autárquico. Deste modo, ao abrigo do disposto no

artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea a) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal, após inquérito público, os seguintes Regulamentos e Tabela de Taxas anexa: **1 - O REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E DE URBANIZAÇÃO (Doc. 7). 2 - O REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS (Doc. 8)**”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO.** Abstiveram-se os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira. Votou contra a Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----

REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS PARA O ANO DE 2009 – REGISTO E CLASSIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL E TURISMO RURAL – Presente a seguinte informação dos Serviços de Turismo: “Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 39/2008, e de acordo com o previsto no seu artigo 22.º compete aos órgãos municipais fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, com excepção dos hotéis rurais e efectuar e manter o registo do alojamento local disponível ao público. De forma a darmos resposta a esta determinação legal, foram já sistematizados os procedimentos internos que garantam a concretização destas competências. Tais procedimentos estão sujeitos a taxas a fixar em



Regulamento Municipal o que por lapso não aconteceu aquando da elaboração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para o ano de 2009. Assim, e tendo em conta que estamos já a entrar no último trimestre do ano, propõe-se que sejam isentados de taxas todos os pedidos de registo e classificação que dêem entrada nos serviços do Município até 31 de Dezembro de 2009. De referir que procedimento idêntico foi adoptado pelo Turismo de Portugal relativamente às tipologias de alojamento da sua competência. Propõe-se, ainda, que na próxima proposta de Regulamento de Taxas e Licenças sejam previstos os custos associados a este serviço a prestar pelo Município”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOSCOLOS – PROGRAMA PEDAGÓGICO “À CONQUISTA DE GUIMARÃES...DE COMBOIO” – Presente a seguinte informação dos Serviços de Turismo: “Considerando que o Município de Guimarães, o Paço dos Duques de Bragança e o museu Alberto Sampaio, estas duas últimas instituições tuteladas pelo IMC, recebem todos os anos um elevado número de grupos escolares em visitas de estudo; que estas entidades estão interessadas em promover a mobilidade e acessibilidade desses grupos à cidade de Guimarães, em particular ao seu Centro Histórico e Museus; que a CO – Comboios de Portugal, E.P.E. transporta anualmente nas linhas urbanas do Porto, em particular na linha Porto/Guimarães, grupos de estudantes dos ensinos básico e secundário; que a CP está interessada em desenvolver programas que fomentem a utilização dos comboios nas deslocações urbanas, em particular da linha Porto/Guimarães. Coloca-se à consideração superior a celebração do seguinte protocolo nos termos da minuta em anexo”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DO CYBERCENTRO DE GUIMARÃES E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente, para aprovação, o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Associação do Cybercentro de Guimarães estabelecendo as principais formas de cooperação entre as partes, definindo as condições materiais de utilização pelo Município de Guimarães de um espaço específico no Cybercentro de Guimarães (Sala GAE), incluindo os aspectos financeiros, bem como as regras práticas de utilização do Cybercentro. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – RECRUTAMENTO DE UM TÉCNICO SUPERIOR DA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA O DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Recursos Humanos: “Foi solicitado pelo Departamento de Obras Municipais o recrutamento de um técnico superior da área de engenharia civil, conforme informação junta em anexo. Atendendo ao disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, informo que a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Pelo que, o presente pedido de recrutamento deve ser submetido a deliberação da Câmara Municipal. Para efeitos do referido recrutamento informa-se que existe 1 posto de trabalho para técnico superior, área de engenharia civil, no mapa de pessoal afecto ao departamento de obras municipais e a devida previsão orçamental. Mais informo que, face à descrição do posto de trabalho apresentada pelo DOM, o presente recrutamento deverá ser



efectuado nos termos do artigo 40º Portaria 83-A/2009 de 22 de Janeiro, ou seja, através da reserva de recrutamento constituída na sequência do procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 3 postos de trabalho correspondentes à carreira e categoria de técnico superior, área de engenharia civil, aberto por aviso publicado na 2ª série do Diário da República n.º 68 de 7 de Abril de 2009”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS SUPERIORES PARA O DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – Presente a seguinte informação da

Directora do Departamento de Recursos Humanos: “Atendendo às necessidades de recursos humanos deste Departamento, solicita-se autorização para recrutamento de três técnicos superiores (área de direito, administração pública e economia). Para efeitos do referido recrutamento informa-se que existem os três postos de trabalho previstos no mapa de pessoal afecto a este departamento e a respectiva previsão orçamental. Atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, informo que a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Pelo que, o presente pedido de recrutamento deve ser submetido a deliberação da Câmara Municipal. Mais informo que, para provimento dos referidos postos de trabalho não estão constituídas reservas de recrutamento neste Município e em virtude de não ter sido ainda publicitado qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento e até à sua publicitação, fica o Município temporariamente dispensado da obrigatoriedade de consulta

prévia à Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC). Pelo que, deverá ser aberto procedimento concursal comum nos termos da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 CAMPELOS/PONTE – ANO LECTIVO 2009/2010 – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de Setembro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Como é do conhecimento superior, a Autarquia tem vindo a celebrar anualmente um protocolo com o Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos de modo a assegurar o fornecimento de refeições aos alunos da EB1 de Campelos/Ponte, dado que o estabelecimento de ensino não dispõe de condições para o efeito. Assim e a exemplo de anos anteriores propõe-se a renovação de protocolo com aquele Centro Social para fornecimento de refeições a 28 alunos da EB1 Campelos/Ponte a vigorar no ano lectivo 2009/2010 (Setembro a Dezembro de 2009 e Janeiro a Junho de 2010). Mais se informa que o fornecimento de refeições a estes alunos implica à Autarquia um custo anual previsível de €3.485,22, repartido da seguinte forma: Setembro a Dezembro de 2009 (69 dias lectivos) - €1.382,07; Janeiro a Junho de 2010 (105 dias lectivos) - €2.103,15. Para deliberação em reunião de Câmara, junto se anexa dois exemplares do protocolo a celebrar entre as entidades. À consideração superior”. O referido protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE

**GENERALIZAÇÃO DE INGLÊS E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – ANO**

LECTIVO 2009/2010 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, a candidatura apresentada pelo Município de Guimarães ao programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB, envolvendo 15 Agrupamentos de Escolas, foi aprovada pela DREN em 12 de Agosto último. De acordo com o Despacho n.º 14 460/2008 de 26 de Maio, o Programa será desenvolvido em regime de complemento educativo e de frequência gratuita. Com base nos dados fornecidos pelos Agrupamentos, o número total de alunos do 1.º CEB que irão frequentar as Actividades de Enriquecimento Curricular é de 6.736. Tendo sido superiormente definido que a aquisição de material escolar para cada um dos alunos seria feita através dos Agrupamentos disponibilizando o Município os apoios financeiros para o efeito, proponho para o corrente ano lectivo a transferência para os Agrupamentos de uma verba global de €134.720,00 (cento e trinta e quatro mil setecentos e vinte euros), correspondente a €20,00/aluno/ano”. O mapa com a transferência de verbas para os Agrupamentos de Escolas dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 67 CANDIDATURAS

– Presente um ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, EEM submetendo à apreciação e votação da Câmara Municipal uma proposta de aprovação de 67 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada no respectivo Conselho de Administração em reunião realizada no passado dia 26 de Março, no âmbito das competências delegadas pela Câmara

Municipal nesta empresa. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Na reunião da Câmara Municipal de 23 de Julho de 2009 foi aprovada uma proposta de atribuição de um subsídio de €1.000,00 (mil euros) à Confraria do Santíssimo Sacramento de Souto S. Salvador para apoio a um programa de âmbito cultural e religioso e de restauro do seu mobiliário. Solicita, agora, a referida Confraria que, por não possuir condições de legalidade fiscal para essa atribuição, o mesmo subsídio seja atribuído à Junta de Freguesia de Souto S. Salvador, que apoiará o mesmo programa, com o que esta autarquia se manifestou de acordo. Nesses termos proponho o deferimento da pretensão apresentada”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS – PARQUE DESPORTIVO DE INFANTAS – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Infantas solicitou a colocação de balizas e postes de Basquetebol no parque desportivo daquela freguesia. Considerando a importância de fomentar a prática e a diversificação desportiva nas freguesias rurais do concelho, proponho que a Câmara Municipal assuma os encargos dessa instalação no valor de €1.320,00 (mil trezentos e vinte euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – COOPERATIVA FRATERNA – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e



Ambiente: “A Fraterna – centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de uma carrinha de 9 lugares da frota municipal para nos dias 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15 e 16 de Outubro dar apoio à valência do banco Social – distribuição de cabazes. Considerando que a frota municipal possui escala diária de apoio aos vários sectores da Câmara Municipal e o número de veículos disponível relativamente aos pedidos dos vários departamentos ser manifestamente deficitário não é possível atender a pretensão, pelo que se submete à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio no valor de €675,00”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

SUBSÍDIOS – CERCIGUI – LAR RESIDENCIAL – Presente a seguinte proposta: “No corrente mês de Setembro foi inaugurado o Lar residencial da CERCIGUI, equipamento social construído com a comparticipação do programa PARES e para o qual a Câmara Municipal votou na sua reunião de 22 de Janeiro passado um apoio de €25.000,00. A CERCIGUI solicitou, após a inauguração, mais uma ajuda extraordinária dado os encargos assumidos pela instituição se terem elevado a €232.000,00 incluindo os arranjos exteriores e o aproveitamento da energia solar. Considerando o valor global do equipamento e os apoios municipais que têm vindo a ser concedidos às IPSS promotoras dos vários equipamentos em construção na nossa área concelhia, proponho que seja concedido um novo subsídio de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), a pagar mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE FERMENTÕES – AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DA CRECHE E PRÉ-ESCOLAR – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões tem em curso uma intervenção para a ampliação e remodelação das suas instalações onde funciona a Creche e Pré-Escolar, procurando responder às solicitações que tem recebido numa freguesia onde estão sedeados três empreendimentos habitacionais geridos pela CASFIG com uma elevada taxa de população pertencente à faixa etária até aos dez anos. Essa intervenção está orçada em €111.500,00 a realizar com



fundos próprios, pelo que solicitou apoio municipal. Considerando o trabalho profundo desenvolvido na área da infância por esta IPSS, desde há mais de três décadas, e a necessidade de respostas sociais na freguesia, nomeadamente às populações residentes nos empreendimentos mencionados, proponho que seja concedido um subsídio de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), a pagar mediação autos de medição a realizar pelo Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da Câmara Municipal de Guimarães, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL DE GONDAR – POLIDESPORTIVO – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social de Gondar solicitou a colocação de novas balizas no seu polidesportivo. Considerando a importância de fomentar a prática e a diversificação desportiva nas freguesias do concelho, proponho que a Câmara Municipal assumira os encargos dessa instalação no valor de €520,00 (quinhentos e vinte euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES – HOMENAGEM A PROFESSORES APOSENTADOS – Presente a



seguinte proposta: “A Associação Nacional de Professores, delegação de Guimarães, vai prestar, no próximo dia 16 de Outubro, uma homenagem aos professores que se aposentaram no ano lectivo 2008/2009. Este momento de confraternização, que vem sendo realizado desde há vários anos, tem sempre recebido o apoio da Câmara Municipal, em reconhecimento de um serviço público prestado por esses docentes ao fim de uma vida de trabalho. Considerando que se mantêm as razões que levaram a esse apoio, proponho a atribuição de um subsídio de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) à Associação Nacional de Professores como apoio à realização dessa festa de confraternização ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o

sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL – TORNEIO INTERNACIONAL DE ANDEBOL – Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo Xico Andebol desloca-se nos próximos dias 9 a 11 de Outubro à República de Montenegro para participar num Torneio Internacional de Andebol. Dados os custos financeiros da deslocação e estadia, solicitou apoio municipal. Considerando a referência, a nível nacional e da cidade, na modalidade, que têm as equipas desta novel colectividade, herdeira da história do Desportivo Francisco de Holanda, e a importância para o desenvolvimento desportivo dos seus jovens atletas da participação internacional, proponho que seja concedido um subsídio de €4.000,00 (quatro mil euros) para apoio à referida deslocação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr.



Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ESTUDANTES DO LICEU DE GUIMARÃES – VELHOS NICOLINOS – Presente a

seguinte proposta: “A Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos solicitou apoio municipal para a cedência do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor, onde terá lugar o espectáculo das Danças de S. Nicolau no próximo dia 6 de Dezembro. Considerando o significado para a cidade das Festas Nicolinas, o interesse cultural do espectáculo e a frequência do público a exigir uma sala com as dimensões do Grande Auditório, proponho que seja concedido um subsídio de €4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros), correspondente aos encargos com o aluguer da sala, bem como apoio logístico na montagem dos equipamentos de som e luz, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente

com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS DE GUIMARÃES – RAMPA DA PENHA – Presente a seguinte proposta:

“O Clube de Automóveis Antigos de Guimarães vai realizar nos próximos dias 3 e 4 de Outubro a XXVII Rampa da Penha, tendo solicitado apoio nos encargos com os serviços da Polícia Municipal que acompanhará a prova. Considerando o interesse e a tradição da referida Prova, deferi a pretensão, o que implicará o pagamento de 16 horas extraordinárias no conjunto dos dois dias da sua realização, no montante de €1.184,00 (mil cento e oitenta e quatro euros), o que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os

Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de



Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE CREIXOMIL – SECÇÃO DE PESCA – Presente a seguinte proposta: “A Secção de Pesca da Casa do Povo de Creixomil solicitou apoio municipal para a participação da sua atleta Branca Maria Ventura Alves Passos na Selecção Nacional de Senhoras – Rio que disputou o Campeonato do Mundo da modalidade em Itália. A presença desta atleta é o corolário de um aturado trabalho de preparação que vem sendo realizado na modalidade por aquela Secção de Pesca. Considerando o esforço realizado, a diversificação desportiva que tal representa, e os encargos financeiros que aquela secção suportou com a deslocação da atleta, proponho que seja concedido um subsídio de €300,00 (trezentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores

eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUIMARÃES RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Na reunião do passado dia 2 de Julho foi votado um apoio a conceder à Escola Profissional CISAVE para a edição de um livro de poesia. Como a referida escola não tem autonomia financeira, o referido subsídio deve ser atribuído à Associação Comercial e Industrial de Guimarães, instituição promotora da escola, pelo que se propõe a rectificação da deliberação votada”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO N.º 666 – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento nº 666 das Caldas das Taipas do Corpo Nacional de Escutas comemorou no corrente ano de 2009 o seu 30º aniversário, tendo realizado várias actividades como um acampamento de âmbito concelhio e a Rota das Taipas – Passeio BTT, para as quais solicitou apoio municipal. Considerando a participação alargada de jovens nestas actividades escutistas e o dinamismo do referido Agrupamento, proponho que seja



concedido um subsídio de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – IRMANDADE DA PENHA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS DE ACESSO AO SANTUÁRIO – Presente a seguinte proposta: “A Irmandade da Penha procedeu a obras de reperfilamento das ruas de acesso ao Santuário e solicitou a remodelação da sua iluminação pública. Considerando o interesse da referida intervenção, foi solicitada à EDP a execução dos referidos trabalhos cujos encargos são, na comparticipação municipal, de €1.194,99 (mil cento e noventa e quatro euros e noventa e nove cêntimos), o que proponho à

aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE GUIMARÃES (APCG) – APOIOS PARA REALIZAÇÃO DA III MINI-MARATONA – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da realização da III Mini-Maratona de Guimarães, promovida pela Associação Paralisia Cerebral de Guimarães, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a ratificação do despacho de 5 de Agosto de 2009 que autorizou a prestação dos seguintes apoios:



Cedência de duas estruturas para colocação de lonas “outdoor”; Cedência e montagem de palco; Cedência, montagem e operação de dois sistemas de som implicando a realização de trabalho extraordinário”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE GUIMARÃES – III MINI MARATONA “PESSOAS DIFERENTES, DIREITOS IGUAIS” – Presente a seguinte proposta:

“A Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães realizou no passado dia 20 de Setembro a III Mini Maratona “Pessoas diferentes, Direitos Iguais”, tendo solicitado à Câmara apoio na instalação eléctrica do local de partida no Campo de S. Mamede. Considerando o interesse da iniciativa, deferi a pretensão cujos encargos foram estimados em €200 (duzentos euros), o que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/9 Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.25.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 25 a 32, 34, 35 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS,

apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----